

03 SET. 1991

Começa negociação do acordo com FMI

BRASÍLIA — O governo retoma esta semana as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), tentando fechar um acordo stand by por 18 meses, a partir da fixação de metas de desempenho da economia para o último trimestre deste ano. Os secretários de Política Econômica, Roberto Macedo, e do Planejamento, Pedro Parente, seguiram ontem para Washington com os números consolidados para as contas públicas, que apresentarão este ano um déficit no conceito operacional (que não considera os efeitos da inflação) de 1% do Produto Interno Bruto (PIB), superior a Cr\$ 1 trilhão. Por esses dados, apenas o governo federal manterá o equilíbrio entre receita e despesa. O déficit é liderado pelo conjunto das empresas estatais, que assumiram investimentos inadiáveis, e pelos Estados, municípios e Seguridade Social.

Os secretários apresentarão, ainda, o projeto de lei submetido à apreciação do Congresso, que fixa os valores do Orçamento do próximo ano. O governo se compromete a combater a sonegação, arrecadando cerca de 1% do PIB, ou Cr\$ 1,07 trilhão, além de obter outros Cr\$ 700 bilhões de arrecadação líquida com a cobrança da dívida ativa da União. No caso de frustração de receita, se o Congresso aprovar um dispositivo incluído no projeto de Lei Orçamentária, o Poder Executivo ficará autorizado a adotar as medidas que compatibilizem as despesas programadas com a receita obtida. Como base para a negociação, o governo trabalha

com a estimativa de que a recessão não persistirá no próximo ano, embora não se considere a possibilidade de recuperação da economia.

O secretário de Planejamento não acredita que o déficit de 1% do PIB dificultará as negociações. "Este déficit é manejável", disse. "Não será este resultado que indicará maior ou menor dificuldade para o País sair da crise", comentou Parente. Nesta fase, as negociações com o FMI se concentrarão na definição dos critérios que serão adotados para a formalização do acordo stand by. Segundo Pedro Parente, o governo quer "uniformizar a linguagem" com o Fundo para que as negociações possam se desenvolver normalmente. Existem pelo menos duas áreas que caracterizam diferentes posições entre o governo brasileiro e a instituição: como considerar a receita de privatização e quantificar a dívida pública.

O governo brasileiro quer que a receita da privatização seja considerada sem o deságio que é fixado no mercado, o que garantiria um ganho entre 30 e 40% a mais, pelas contas do Fundo Monetário Internacional. No caso da dívida, o governo está propondo que se faça uma revisão dos cálculos anteriores, nos quais se previam taxas de juros reais nos meses de junho e julho, que não ocorreram por causa da aceleração da inflação, como admitiu Pedro Parente. Vencida esta fase, a missão do Fundo retornará ao Brasil, na próxima semana, para negociar, finalmente, os termos do acordo.